

105^a SESSÃO ORDINÁRIA 27OUT2016

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores, Vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara, eu subo à tribuna, no período de Liderança, pelo meu Partido, PSOL, falo também em nome do Ver. João Ezequiel, meu companheiro de Bancada neste momento, para falar sobre um assunto que preocupa todas as comunidades educativas, estudantis na atualidade. A educação, no nosso País, sofre atualmente um ataque por diferentes frentes: sofre um ataque com relação às ameaças veladas de terceirização dos serviços, pois a maioria dos governantes reclama enfaticamente do baixo índice de desempenho dos nossos alunos, em especial aqui do Rio Grande do Sul e da nossa cidade Porto Alegre, nos índices de verificação: IDEB, ENEM. Infelizmente, essa reclamação não analisa o aspecto global dos investimentos feitos nessa área pelos nossos governantes. Infelizmente, o nosso Estado e a nossa Cidade têm investido pouco nessas áreas e cobram resultados expressivos. Há pouco tempo, ouvi um radialista divulgar, em seu programa - um programa de bastante audiência nesta Cidade -, que, se nós tivéssemos no Município de Porto Alegre professores da rede privada nas escolas públicas Municipais, teríamos índices maiores. Isso mostra uma total e completa falta de conhecimento de causa! Eu tenho 16 anos de sala de aula em instituições privadas; dou aula há alguns anos em uma que é a primeira colocada entre as escolas privadas do Estado, no ENEM; sou professor também da rede municipal, contribui, durante um tempo, para a educação dos nossos jovens, das nossas crianças, e o nosso índice é baixo, porque não temos o necessário investimento em educação. Não temos! O que temos é uma grande enrolação, finge-se dar importância ao ensino, à instrução dos nossos jovens e adultos, e a educação é atacada por todos os lados. Isso vem sendo feito sistematicamente por todos os Governos que se apresentam. O último ataque é essa proposta de reforma do ensino médio, uma grande vergonha, um



absurdo! Precisamos reestruturar os nossos currículos, modernizá-los, sim, mas não às custas de uma ceifagem generalizada que vai prejudicar o desempenho dos nossos futuros cidadãos. Precisamos qualificar os espaços, precisamos garantir condições para que as nossas crianças aprendam. Ontem tivemos, na Escola Villa Lobos, parada quatro da Lomba do Pinheiro, um tiroteio de grandes proporções entre duas gangues rivais; tanto e que as aulas do período da tarde tiveram que ser canceladas. O clima de medo era generalizado, e ninguém pode trabalhar e aprender nessas condições, isso é um absurdo. Nós temos aqui no Município de Porto Alegre, há muitos anos, uma lei aprovada, sancionada e que nunca entrou em vigor, que estabelece um raio de prioridades públicas ao redor das nossas escolas, lei essa que foi proposta pela, até então, Ver.ª Neuza Canabarro, pelo mesmo partido que elegeu o atual Prefeito José Fortunati. Essa lei nunca saiu do papel. Nós não temos prioridade de segurança no entorno das nossas escolas, e isso me envergonha. Cobrar o aumento dos índices, cobrar o aumento do IDEB é muito fácil, botar nas costas do profissional que tem que trabalhar sob essas condições é muito fácil; agora garantir segurança, garantir qualidade, garantir recursos, isso não é feito, mas somos cobrados e somos responsabilizados por uma conta que não é exclusivamente nossa. Os nossos alunos, muitas vezes, não têm saneamento básico em suas casas, as refeições que eles fazem, muitas vezes, acontecem nas escolas. Se a criança não tem comida, se a criança não tem esgoto sanitário, não tem água tratada na sua casa, como exigir um alto desempenho. Isso me entristece. Eu apelo para que a Prefeitura dê uma atenção à segurança nas nossas escolas. Não conseguimos trabalhar assim. Uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Clàudio Janta (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Dalci Martins, líder comunitário da Restinga.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)



O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, em nome dos três partidos de oposição, quero dar continuidade a um elemento básico da fala do Ver. Prof. Alex Fraga, que acabou de tratar do tema da educação e da insegurança. Quero dar continuidade ao problema da educação, já que hoje se tenta acabar com avanços impressionantes que houve no último período, no País, por exemplo, as escolas técnicas qualquer pessoa, de qualquer facção partidária, sabe da importância delas.

Vereador Prof. Alex, V. Exa., que é professor, 35% de verbas a menos, 35% foi cortado do orçamento das escolas técnicas federais. Ontem nós tivemos um episódio incrível na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná: está viralizado na Internet a fala de uma menina de 16 anos de idade, dando uma aula magistral sob o ponto de vista da fala, da desenvoltura e do conteúdo, que deixou, em última instância, os Srs. Parlamentares do Paraná, alguns deles, tremendamente boquiabertos, outros não gostaram nenhum pouco, porque sabem que são culpados de um conjunto de retrocessos que há no processo da educação no nosso País, naquele Estado. Eu diria que, no nosso Estado, no nosso Município temos gravíssimos problemas. Aqui, por algumas vezes, ouvi Vereadores que compartilham das nossas posições político partidárias falarem dos problemas da educação infantil, e vou repisar essa questão. Não importa quem será o vencedor no domingo, porque, no ano que vem, com qualquer circunstância - e por isso que a discussão do Orçamento foi precária aqui nesses dias, com poucos Vereadores presentes -, não tem como manter creches conveniadas com os patamares baixíssimos que Prefeitura as repassa, que são, em última instância, as escolas infantis que nós temos, porque aquelas oficiais do Município são limitadas. E, hoje, o que eu sinto é uma falta profunda, na primeira infância, desses cuidados mínimos, que é o processo educativo, educacional, de ter a criança amparada e não jogada em casa ou nas ruas.

Outro elemento importante dessa discussão, já que nossos partidos estão presentes na Assembleia Legislativa do Estado, é a situação da UERGS, Ver. João Ezequiel - V. Exa. que é um combativo sindicalista. Na UERGS também há cortes de verbas, de cursos, com a iminência de mandar professores embora ou deixá-los ao Deus dará. E nós sabemos que isso não pode continuar assim. Muito pelo contrário, a UERGS exatamente entrou em



alguns espaços em que o ensino público federal e as universidades privadas não cobrem, e isso foi altamente positivo, não pode regredir agora, de jeito nenhum. E volto novamente à questão mais ampla: discute-se nesta Casa, na Assembleia Legislativa e em nível nacional a tal "Lei da Mordaça", como está sendo conhecida, a lei da escola sem partido. Primeiro, é uma incongruência de A à Z, não se trata de partido, porque partido, no Brasil, está identificado ao partido político e não como parte, tomar parte. As pessoas podem tomar parte, desde que deem liberdade a outra parte. O que este projeto quer é que só uma parte vença, é o partido deles, é o partido da mordaça, é o partido da repressão, o partido do preconceito. É isto o que eles querem: sem partido democrático, sem parte democrática, sem debate democrático. Eles querem uma mordaça, querem impor modos de ver o mundo, de sentir o mundo, de fazer um mundo — o mundo deles, o mundo da exploração, o mundo do preconceito, um mundo que não obedece a um princípio fundamental, que é a dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à educação. Não passarão. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.ª Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Boa tarde a todos; boa tarde aos Vereadores, às Vereadoras, à Presidência da Casa. Sejam bem-vindos todos, todas, principalmente as mulheres, mães, doulas, entidades. Já vi a Fabi Pavani, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres, estou vendo a Secretária Municipal da Mulher, Waleska Vasconcellos. Então temos a presença das mulheres hoje, como ontem aqui na discussão e na luta contra o câncer de mama; inclusive continuamos com a ornamentação que foi deixada da Sessão de ontem aqui na Casa, que diz muito também sobre a discussão que vamos travar hoje nesta Casa.

Quero cumprimentar de forma muito particular a minha colega farmacêutica, a líder da nossa categoria, Sara Kanter, que foi um indicativo na minha caminhada, desde o movimento estudantil e que hoje está aqui para a discussão de um projeto importantíssimo, interessante, que é a paridade de gênero, que faz parte desta luta histórica das mulheres, da qual participamos, para esta paridade de gênero nos espaços



de poder, nos espaços de decisão, que é fundamental. E a Sara tem todo um percorrido de luta, desde o nosso diretório acadêmico, nas nossas entidades, e como profissional farmacêutica. É um prazer tê-la hoje, aqui, Sara Kanter. É sempre um prazer poder estar junto.

Eu venho aqui em Liderança dizer que hoje é um dia que considero muito especial, porque está em pauta novamente - e possivelmente hoje poderemos e queremos votar – o projeto de lei que garante a presença das doulas no pré-parto, no parto e no pós-parto. Eu quero enfatizar algumas questões. Primeiro, quero agradecer a esta Câmara Municipal como um todo, aos Vereadores, às Vereadoras de todas as bancadas, porque nós conseguimos discutir este projeto com praticamente todos os Vereadores, todas as bancadas. Há uma participação efetiva: temos aqui a presença da Secretária Municipal, que teve participação neste processo, assim como tivemos a presença honrosa no processo de discussão, com contribuições valiosas, do Sr. Fernando Ritter, Secretário da Saúde do Município de Porto Alegre.

Quero fazer alguns outros agradecimentos, também, como por exemplo, ao relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça, o Ver. Mendes Ribeiro, que, ali na CCJ, teve um papel importante, no sentido, inclusive, da constitucionalidade do projeto, porque, para ele chegar ao debate e aprovação nesta Câmara tem que passar primeiro pela constitucionalidade.

Quero também dizer que o fruto de articulação política passa pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre; a Associação de Doulas – e eu fui convidada por esta Associação – fez uma reunião com o Prefeito Fortunati, que garantiu o significado para a cidade de Porto Alegre da aprovação deste projeto, tanto que temos dois Secretários do Município ligados à questão dos direitos das mulheres, tanto das trabalhadoras doulas quanto das mulheres, das parturientes - um deles o Secretário de Saúde, Fernando Ritter.

Eu quero fazer uma referência à Fátima Ali, Secretária Adjunta, que também teve um papel importante pela relação que ela tem com a luta e o movimento das mulheres.

Foi através de uma articulação política que nós chegamos àquilo que eu quero chamar a atenção dos Vereadores, meus colegas, no sentido de nós estarmos atentos àquilo que já conversei com cada Vereador e Vereadora: que, considerando o amplo debate que nós efetuamos nestes dois anos, aqui, nós estamos sugerindo a aprovação, através das Emendas nº 04, 13, 14 e 18, que depois vamos discutir, no momento oportuno, porque



estas emendas dão conta das demandas da sociedade, das demandas desta Casa, das demandas do Município, das demandas das doulas, das mães, das famílias, daquilo que foi o início do projeto que, neste momento, está pronto para ser votado nesta Casa, atendendo às demandas de todas as categorias profissionais, inclusive da categoria médica, que, aqui, disse que não é contra o projeto, mas que tinha que mudar algumas questões. Isso é fundamental. Quero agradece, inclusive ao Dr. Thiago pela participação que está tendo neste debate.

Não, Dr. Thiago, V. Exa. ri quando eu faço os agradecimentos e quando eu digo que V. Exa. está tendo uma participação. Eu tenho uma atuação política e me pauto pela política e pelo respeito às opiniões divergentes — essa é a minha característica, essa é a característica do meu partido e essa é a característica da sociedade que está aqui. E quando eu digo isso, digo que V. Exa., como médico, pode ficar tranquilo porque nas emendas, aqui, uma das coisas fundamentais é exatamente o que V. Exa. trouxe, e as doulas concordam com isso no sentido de não intervir nas equipes nem no Ato Médico; pois aquele momento não é o papel das doulas, é uma ocupação.

Então, estou-me dirigindo a V. Exa. dessa forma, da minha natureza de fazer política para lhe tranquilizar e dizer que nós podemos ter um bom debate nesta Casa, neste momento, seguindo o que várias capitais e Estados já fizeram e já provaram. Aliás, o nosso projeto vai ser o mais depurado; nós não podemos, numa cidade como Porto Alegre, Capital da participação popular, da participação do povo nas decisões, Capital do Fórum Social Mundial; aliás essa questão das doulas estava presente no último Fórum, porque o Fórum Social Mundial é isso, ele aproveita as coisas boas do mundo para termos um novo mundo, que é possível, que é necessário. Concluo dizendo que Porto Alegre não pode ficar na contramão da história e não aprovar um projeto que é fruto de toda uma luta, inclusive aqui dentro desta Casa. Eu tenho mais agradecimentos a fazer: o papel do então Líder do Governo, Ver. Kevin Krieger, agora do Ver. Reginaldo Pujol; o papel de vários Vereadores e Vereadoras que contribuíram. Então, não estamos aprovando uma lei contra Porto Alegre; queremos nos inserir para que Porto Alegre continue sendo uma capital que constrói leis a partir das decisões e das demandas da sua população. E demanda de mulher significa que quando uma mulher avança na construção de um novo mundo, avança toda a sociedade. E eu quero garantir que as mulheres desta casa, lado a



lado com os homens, nos ajudem hoje a trazer esse avanço significativo para esta Capital da democracia e da participação popular. Muito obrigada. (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO: Sr. Presidente, caros colegas Vereadores e Vereadoras, eu agradeço ao Ver. Dr. Goulart e ao Ver. Reginaldo Pujol por estar falando em Liderança do DEM. Eu quero dizer, Ver.ª Jussara, que mais uma vez eu tenho que ressaltar aqui a sua inteligência e o seu poder de articulação. Realmente, isso é inegável. E quero dizer que sorri sentado ali, porque mais uma vez nós vamos ter nesta Casa, hoje à tarde, sempre Prefeito Villela, um debate ideológico. Nós estamos tratando de ideologização ou não do parto. É disso que estamos tratando aqui hoje. A Ver.ª Jussara, no início do seu pronunciamento, já mencionava: olhem as lutas das mulheres, as mulheres em luta, a nossa filosofia, o nosso partido. Então é a ideologização do parto, sim. E nós acreditamos que o parto não deva ser ideologizado. O parto, a educação, o atendimento básico das pessoas não deve ser ideologizado. Eu quero dizer, num segundo ponto, Ver.ª Jussara, que a sua emenda, Emenda nº 18, contém sete artigos, e o seu projeto original contém cinco. Então nós não temos condições de votar este projeto, nós precisamos retorná-lo às Comissões. (Vaias.) Este projeto não tem condições de ser votado nesse momento, ele tem que ir às Comissões para uma análise mais criteriosa, sim. Não é o momento.

Com relação às Secretarias, e a Secretaria da Saúde não vai me deixar falar isso sozinho, nós não temos condições, nas maternidades públicas, de termos mais pessoas lá. Isso é claro! Essa noite eu estava de plantão no Hospital Presidente Vargas; estávamos atendendo a maca nº 2. A situação era de completa dificuldade. Nós não tínhamos leito para a puérperas que ganharam nenê no andar. Elas estavam fazendo recuperação no Centro Obstétrico. Nós não temos espaço físico; os leitos são separados por uma cortina. Nós já temos dificuldade da importante presença do pai, então nós não temos como ter mais pessoas lá! Então é infactível! O Secretário não pode anuir com uma situação que é infactível do ponto de vista técnico, minimamente do ponto de vista técnico.



A terceira questão, que eu já levantei aqui: quem vai pagar os honorários das senhoras e dos senhores quando forem fazer as atividades de doulas nos hospitais públicos? Quem vai pagar? Vai ser a dupla cobrança pelo SUS? Vai ser ou não vai ser? A assessoria da Deputada Manuela disse, no Facebook, que sim, que vai ser cobrado das pacientes do SUS - isso é dupla cobrança pelo SUS. Aliás, mais uma situação que prova que é o parto ideológico, Ver. Guilherme Socias Villela, e que tínhamos outras lideranças vinculadas ao partido da proponente aqui nesta Sessão para trabalhar em prol da aprovação. Então, em nome da mínima condição necessária de trabalho obstétrico de enfermagem e de técnico de enfermagem nas maternidades, nós entendemos que o projeto não é cabível e vamos votar contra.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. DR. THIAGO: Quero dizer mais: este projeto, da forma como está colocado pela Ver.ª Jussara Cony, retira a vaga de técnicos de enfermagem e enfermeiras das maternidades públicas. Esta atividade deve ser feita - aí somos a favor - quando feita por técnicos de enfermagem ou enfermeiras capacitadas que já trabalham nos hospitais. Nestas circunstâncias, sim, mas da forma como está colocado aqui no projeto, somos e continuaremos nos posicionando contra. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Quero solicitar a todos que nos visitam - são sempre muito bem-vindos - que respeitem os Vereadores quando estiverem na tribuna. Nós tivemos aqui matérias muito polêmicas sendo tratadas nesta Casa, e tivemos sempre uma combinação: quando o Vereador está na tribuna, silêncio nas galerias. Após, sempre daremos um tempo para as manifestações. Conto com a colaboração de todos. Muito obrigado.

O Ver. Engo Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.



O SR. ENGº COMASSETTO: Prezado Presidente, Ver. Cassio Trogildo; meus colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores aqui presentes, lutadores sociais da saúde, crianças que nos visitam aqui neste processo de educação permanente, coordenada pelo Jorge; venho aqui em nome do o Partido dos Trabalhadores, em meu nome, em nome do Ver. Adeli Sell, do Ver. Marcelo Sgarbossa e da Ver.ª Sofia Cavedon, nossa Líder, dizer, com muita tranquilidade, que este tema que está em debate neste momento aqui na Casa, que é o projeto das doulas, de autoria da Ver.ª Jussara Cony, tem o nosso apoio total. E é muito simples isso, porque tem o apoio total? Primeiro que não é uma invenção da cabeça da Ver.ª Jussara Cony; esse é um tema que já é preconizado, defendido, universalmente, pela Organização das Nações Unidas - ONU. Segundo, que dentro da legislação brasileira, inclusive, defendida e recomendada pelo Ministério da Saúde, já está lá escrito, defendido e permitido. Bom, Porto Alegre não pode ter uma visão que seja um retrocesso, que seja aquém do que diz as Nações Unidas e aquém do que já é a legislação nacional. E isso significa algo extremamente importante. E aqui tem um debate que é permanente, que é a lógica da ditadura da categoria médica versus os demais profissionais versus os usuários da Saúde. O Sistema Único da Saúde não é propriedade dos médicos e muito menos para ser autorizado autoritariamente e contra a democracia, inclusive, para ser utilizado, muitas vezes, em processos pouco claros. É isso que está em debate aqui. E o que está em debate aqui é o direito que têm as mães de ter acompanhante antes do parto, portanto, no seu processo de gestação; durante e após o parto. Aquela pessoa que está ali já preparada, de confiança da família que ali está, e que vai dar aquela tranquilidade, inclusive, numa relação de intermediação entre os profissionais da saúde que ali estão, exercitando aquele ato que é o ato sagrado do parto com a pessoa que está dando à luz, trazendo um novo ser ao mundo. É isso que nós estamos discutindo aqui, é isso que nós estamos trabalhando neste momento. Portanto o projeto que aqui está, apresentado pela Ver.ª Jussara Cony, qualifica a cidade de Porto Alegre e traz novamente à luz do debate, Sr. Presidente, a discussão nacional a respeito do Ato Médico. Nós temos que acabar com a ditadura dos médicos de guerer dizer que eles são os únicos profissionais que podem dirigir nossas vidas. Isso está errado, isso está equivocado. Nós vamos combater isso ideologicamente sempre, porque a saúde não pertence a nenhuma categoria profissional; a saúde pertence à humanidade. No juramento que os médicos fazem há o princípio da humanidade, que nem sempre



executam na hora de compartilhar com a sociedade. Aqui é uma postura de humanidade; aqui é uma postura de dividir; aqui é uma postura de apoio; aqui é uma postura que reconhece a necessidade de um diálogo permanente e de um amparo permanente às mães e aos pais que estão depositando confiança numa pessoa profissional que é a doula. A Ver.ª Jussara Cony tem o nosso apoio; a comunidade aqui presente, da mesma forma. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registramos a presença, no plenário, de 31 alunos do Centro Social Marista Aparecida das Águas da Ilha Grande dos Marinheiros, acompanhados pelos professores Márcio, Elisandra, Andreia, Ester e Luis. Essa atividade faz parte do projeto de Educação Política que o Memorial desta Casa desenvolve com as escolas da cidade de Porto Alegre. Sejam muito bem-vindos!

O Ver. Clàudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLAUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, como será o primeiro projeto a ser votado, assim que nós entrarmos na Ordem do Dia, e não é mais possível fazer encaminhamentos e discussões, eu queria falar dele, o PLL nº 393/13, cuja votação, na última Sessão, não pôde ser concluída porque faltou quórum, mas sua Emenda nº 01 foi aprovada. O projeto estabelece critérios para a realização de aulas práticas de autoescola numa cidade em que se fala tanto em mobilidade urbana. Falou-se durante toda a campanha eleitoral, no 1º turno, e se fala agora, no 2º turno. O projeto, como outros que já apresentei aqui nesta Casa, como na questão da coleta de lixo dos contêineres, fala que as aulas práticas, Ver. Idenir Cecchim, de autoescolas não poderão ser feitas no horário de fluxo, nas grandes avenidas – grandes avenidas: Av. Assis Brasil, Av. Protásio Alves, Av. Ipiranga, Av. Bento Gonçalves –, nos horários em que as pessoas estão indo trabalhar. Fora disso, as pessoas podem fazer a autoescola nas avenidas paralelas, podem fazer sua autoescola depois das 9h, podem fazer, Tarciso, das 9h às 17h, podem fazer sábado e domingo, podem fazer depois do horário de pico. Agora, o que nós não podemos mais é ter uma Cidade com o trânsito completamente trancado, com os pedestres tendo dificuldade de se locomover, com as paradas de ônibus completamente abarrotadas de ônibus tentando parar para pegar os passageiros, e, no



primeiro dia de aula prática, a pessoa entrar nas grandes avenidas. Não podemos mais ter isso! A gente fala numa cidade moderna, numa cidade funcional, mas a gente permite que essa cidade se torne uma cidade abarrotada. Assim como acontece com esses contêineres de lixo, cuja retirada é feita no horário de pico. Várias vezes se pensou que tinham protestos no Centro de Porto Alegre, se ouviu na rádio, até - "grande engarrafamento na Av. João Pessoa!" -, e, quando foi ver, era o caminhão os contêineres de lixo na Av. Senador Salgado Filho, na Rua Gen. Vitorino, na Av. Desembargador André da Rocha, na Av. Borges de Medeiros, na Av. João Pessoa, causando engarrafamento isso aconteceu em várias outras vias, mas estou dando o exemplo do Centro de Porto Alegre. Então, a esse projeto, que é o primeiro projeto da Pauta, nós pedimos que os Pares votem favoravelmente. É um projeto de mobilidade urbana, é um projeto para ajudar a Cidade a ter mais agilidade. A Emenda nº 01, que nós aprovamos por grande maioria nesta Casa, trata sobre o alto fluxo de pedestres e de veículos, remetendo para a regulamentação junto à Prefeitura e à EPTC. O autor não quis ter a audácia de dizer quais as ruas e as avenidas; mas de fazer a Cidade pensar, de fazer a Cidade realmente ajudar as pessoas quanto à mobilidade urbana.

Nós temos milhares de ruas em que as pessoas podem começar a aprender a dirigir em Porto Alegre. Agora, não pode entrar nas grandes avenidas de fluxo, trancando cada vez mais o trânsito nesses horários. Terão das 9h às 17h para aprenderem, caso queiram se arriscar nas grandes avenidas; agora, nos horários de grande fluxo, nós temos que ter a mobilidade urbana na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós assistimos programas científicos na televisão que discutem o Big Bang, por exemplo, como foi a formação do universo, como foi a transformação dos seres. Temos a lei de Darwin, temos várias teorias espalhadas. Agora, eu descobri que aqui, em Porto Alegre, se formou um grupo de cientistas para estudar a mutação do pinóquio e do tucano. Eu tenho aqui bem claro (Mostra imagem.), e os cientistas estão muito interessados em



descobrir se o pinóquio mentiu, mentiu, mentiu e virou tucano ou se o tucano acabou desenvolvendo a mentira e virou pinóquio. Toda a população de Porto Alegre pode participar e dar a sua opinião para ver se pinóquio vira tucano ou tucano vira pinóquio. É a grande pergunta da cidade de Porto Alegre nesta semana. Acho que nos próximos quatro, cinco dias vamos saber. Se demorar um pouco mais, daqui a dois, cinco meses, um ano, saberemos se a penugem também muda, se sai do verde e amarelo e muda para outra cor. Essa é a pergunta. Eu precisava trazer esse questionamento aqui na tribuna, porque na rua, as pessoas estão muito preocupadas com essa mutação e querem saber a verdade. Qual é a evolução: pinóquio evolui para tucano ou tucano evolui para pinóquio? Dito isso, eu me orgulho da cidade de Porto Alegre, porque ela tem posição. Mas também ela é formada de bons marqueteiros, e eu os respeito muito. Espero que isso seja usado para criar, desenvolver, incentivar o empreendedorismo, o investimento, o trabalho, a dizer a verdade, a educação, o respeito, incentivar as pessoas a terem mais amor e carinho pelas famílias e não ter vantagem a qualquer justo, o que é muito feio, em qualquer setor. Nós, que somos homens públicos, temos mais responsabilidade ainda, de cuidar para não dar mau exemplo, que começa sempre com a mentira, com a promessa falsa, sempre por algo em troca. Nós não podemos educar um filho e dizer: se tu te comportar, vou te dar isso; se tu te comportar, vou fazer aquilo. Nós temos que dar educação pela educação e não em troca de alguma coisa. Isso que sirva para a vida de todos nós. E nós, homens públicos, volto a dizer, temos muito mais responsabilidade. Não é de graça que a população não gosta de política e de políticos! Não é de graça! É porque os políticos... Na política se promete aquilo que não se pode cumprir. E são muitos que fazem isso! E é por isso que nós estamos com a população que tem um verdadeiro descrédito, e o pior, desrespeito, porque quem se dá o respeito, merece respeito. Nós temos muitas pessoas, muitos políticos, muitos homens públicos que se dão ao respeito e recebem o respeito da população. E eu espero que isso sirva para todos nós: respeitar a inteligência da população para sermos respeitados depois. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (15h02min) Havendo quórum, passamos à



ORDEM DO DIA

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLL nº 393/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM**; 6 votos **NÃO**.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Dr. Thiago, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 04, nº 13, nº 14, nº 15, nº 16, nº 17 e nº 18 ao PLL nº 232/14.

O Sr. Dr. Goulart (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 232/14 por três Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Goulart. (Pausa.) A Ver.ª Jussara Cony está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Dr. Goulart.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna, com todo respeito ao Ver. Dr. Goulart, quem, aliás, eu considero um médico de saúde pública, de SUS e tive a honra, inclusive, de ele ter sido estudante na época em que eu era funcionária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Portanto, nos conhecemos muito bem: ele, como estudante, médico; e eu, como uma trabalhadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Faculdade de Medicina, onde trabalhei por 16 anos, mais 16 anos na Farmácia. Aliás, falando em medicina e farmácia, com a presença da Sara Kanter, a discussão está ideologizada aqui, e não por mim, mas por uma hegemonia na área de saúde. Não estou me referindo a V. Exa., Dr. Goulart, estou falando de um modo geral. Há uma hegemonia em que as outras profissões – e a doula não é uma profissão, é uma ocupação - são desconsideradas no significado do que é importante e decisivo para a saúde de uma população, que é uma equipe multiprofissional, formada com a capacidade de integração multiprofissional para garantir, desde a porta de entrada, educação para a saúde, não para a doença. Nós, farmacêuticos, sabemos que tomar remédio, entrar num hospital e ter que sofrer uma cirurgia desnecessária, inclusive uma cesárea, não é saúde. Isso é doença.



A ocupação das doulas, eu vou discutir, nós vamos ter tempo de discutir, não sei se o plenário vai aprovar ou não a sua proposta, mas eu venho aqui pedir que nós possamos discutir e votar hoje. Nem sei se tenho a correlação de forças favorável aqui na Câmara Municipal, só sei que Porto Alegre não pode ficar na contramão da história de uma ocupação que é referendada pela Organização Mundial da Saúde, que é referendada pelo Ministério da Saúde, que é considerada pelo Ministério do Trabalho como uma ocupação e que não retira nenhum outro profissional do processo, porque o papel do enfermeiro, do enfermeiro obstétrico, o papel do farmacêutico, o papel do médico, o papel das equipes de saúde é que dá a condição e a qualidade, e as doulas vêm somar. Possivelmente, lutarei junto de vocês, independente do resultado disso aqui. Se for um resultado positivo, continuarei lutando para que vocês se tornem profissionais de saúde, profissionais da equipe de saúde, como quer o educador físico, como quer o psicólogo, derrubando as hegemonias. Porto Alegre está ficando na contramão da história, vou repetir. Dr. Goulart, eu quero discutir, eu quero votar este projeto, que se posicione esta Casa, que se posicione a favor daquilo que o povo quer, que já está materializado na vida das pessoas através de mulheres que cuidam de mulheres. Eu gostaria de fazer relatos aqui maravilhosos, inclusive a meu respeito e da minha família. São relatos da presença da doula, que não vai intervir, e as emendas que colocamos neste projeto são exatamente para dar conta daquelas contribuições que tivemos. Foram mais de dois anos nesta Casa, este projeto tem dois anos de debate com esta Casa, com a sociedade, com a Prefeitura Municipal; o Prefeito Municipal diz que vai sancionar este projeto. Tivemos audiências públicas, reuniões públicas neste Parlamento, com a sociedade, com as entidades das mais variadas categorias. O Uber, quanto tempo levamos para votar? Quero fazer essa relação: o Uber votamos, fizemos um trabalho conjunto, todos nós, importantíssimo, e tinha 60 emendas e votamos num tempo mínimo, inclusive. Agora, um projeto que diz respeito à vida, que diz respeito ao trabalho, nós estamos aqui...

(Aparte antirregimental do Ver. Dr. Thiago.)

A SRA. JUSSARA CONY: O senhor está ideologizando; é ideológico, sim. De que lado é o Ato Médico? Tomar conta da vida das pessoas, e de que lado os profissionais da saúde dão conta de ter uma vida que garanta, a partir do nascer, um novo mundo, sim. Porque a



forma como a gente nasce, a forma como nós, mulheres, parimos, ou como não nos deixam parir, influencia na nossa vida e influencia na vida daquele ser, que não é apenas uma matéria, mas que contém em si a espiritualidade que veio e que precisamos, no sentido de transformar o mundo. Vamos a fundo neste Projeto, vamos discutir, vamos votar, vamos nos posicionar. Aqui há homens e mulheres de posição, vamos nos posicionar, chega de embromação. O Uber foi votado em tempo recorde; as doulas, são dois anos com a sociedade participando. A quem servimos nesta Casa? É disso que se trata.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Dr. Goulart.

O SR. DR. THIAGO: Que bom que a Vereadora Jussara assumiu que é ideológica a discussão, sim. É ideologizar o parto!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. DR. THIAGO: Sr. Presidente, a cada interrupção eu vou parar e aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Eu gostaria de solicitar, mais uma vez, a compreensão das galerias, para que quando tivermos um Vereador na tribuna, este não seja interrompido. Como eu disse inicialmente, ao final da manifestação de cada Vereador, eu abrirei um tempo para a manifestação das galerias. Conto com a colaboração de todas e todos. Muito obrigado.

O SR. DR. THIAGO: Então, é ideologizar o parto, sim! É ideologizar o atendimento das mulheres, sim! E eu falo aqui, Ver.ª Jussara, por mais de 70% das mulheres ginecologistas obstetras deste Estado. Falo por elas, sim! O que o povo quer é uma assistência ao pré-natal mais decente! O que o povo quer é ter acesso à consulta médica no posto de saúde também! O que o povo quer é poder ganhar seu filho sem estar numa maternidade onde uma gestante é separada de outra por uma cortina! O que o povo quer



é ser atendido e não parir na segunda cadeira! O que o povo quer, e o que as pessoas que trabalham na saúde querem, é ter tranquilidade de poder indicar um procedimento pelo SUS e não terem, ao seu lado, o inimigo. As equipes querem tranquilidade para trabalhar – médico, enfermeiro e técnico em enfermagem. Elas não querem ser avaliadas a cada situação, para que, realmente, se possa atuar de forma errada, contra os profissionais. A senhora mencionou aqui: "É uma ocupação". Então, se é uma ocupação, essa ocupação pode ser executada por vários profissionais da saúde: por técnico em enfermagem, por enfermeiro, por professor de educação física. E, se for assim, ele deve, para prestar isso no hospital público, fazer concurso público. Agora, eu quero ver essa posição. A senhora quer colocar em hospital público pessoas que não fizeram concurso público? Sem nenhum processo de triagem? Querem obrigar o hospital privado a recepcionar pessoas que não estão nos quadros desse hospital privado? Então, se esses profissionais agirem com imperícia, imprudência e negligência, a quem eles vão responder? Qual é o conselho regional que responde por imperícia, imprudência e negligência?

(Manifestações nas galerias.)

O SR. DR. THIAGO: Viu como é ideológico? É a violência obstétrica, são as cesáreas desnecessárias... Agora, o que a senhora não diz é que o seu Governo, do Lula, deixou a saúde do jeito que está! O que a senhora não diz é que o seu Governo subfinanciou e continua trazendo a menos um recurso que deveria estar indo para a saúde, porque desviou para a corrupção! É isso o que a senhora não diz! É que o nosso dinheiro foi levado pela Copa e pela Petrobras, é isso o que a senhora não diz! Os estádios, como o de Manaus, que vai recepcionar 40 mil pessoas ao longo de todo ano! Então, o objetivo que se tem, ao fundo e ao cabo, nesse projeto é ideologizar o parto, sim, como bem reconheceu aqui a Ver.ª Jussara. É fazer com que a saúde não seja tratada na boa técnica. É fazer, realmente, com que se atue na saúde naquilo em que se tem que atuar. É fazer cortina de fumaça nos problemas da saúde. E é trazer situações que não estão contempladas aqui! Por que não financiaram adequadamente a saúde ao longo desses mais de dez anos que o PT e o seu partido estiveram no Governo? Por que não



financiaram adequadamente? Então, são essas perguntas que precisam de resposta, e não adianta nos trazerem cortina de fumaça para explicar aquilo que não é explicável. Quero dizer, por fim, convalidar o que o Dr. Goulart flou: é uma emenda que carrega sete artigos, e o projeto básico da Ver.ª Jussara Cony tinha apenas cinco. Portanto, é açodada essa discussão, é sem nenhum sentido essa discussão na tarde de hoje antes que essas emendas, esse novo projeto, praticamente esse substitutivo que a Ver.ª Jussara protocolou passe nas comissões pertinentes. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Dr. Goulart.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, a minha expectativa, a minha esperança era propor um acordo aqui, mas vejo que está difícil. Eu vou insistir: parece que há um grupo de Vereadores que - não sei se é meu caso – está um pouco constrangido, porque não sabemos se vamos ouvir um lado ou outro. Estamos tratando de um assunto que é a saúde.

(Aparte antirregimental.)

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Eu não quero responder dessa forma porque... Na verdade vou respeitar homens e mulheres, mas preciso ter clareza que alguém que faz um curso superior de Medicina tem responsabilidade com a profissão, com sua proposta de vida e com a sociedade de modo geral. E este técnico que é o médico tem responsabilidade objetiva. O médico, caso cometa um erro, responde judicialmente; por isso temos que buscar alguma coisa que, se um dia houver um erro médico, que por ventura venha a acontecer, este profissional não fique com a possibilidade de dizer que não teve tranquilidade suficiente para tomar uma decisão. Vou fazer um apelo porque acho que tudo se complementa; eu não entendo, é na mesma sala onde vão estar as enfermeiras, a paciente, o médico e a doula, tudo junto, todos falam, todos opinam, como é isso? Então vejam vocês o quanto é difícil para os demais Vereadores que não têm um envolvimento direto votar sobre esta matéria! Será que não dá para nós ganharmos um



pouco de tempo para chegar a uma outra proposta? Sim ou não, é brabo; sim ou não eu não voto! E eu gostaria de votar. Na pressão, eu não vou votar. Então, será que não dá para encontrarmos... Eu não sei. O ambiente, eu não conheço! Eu tenho dificuldade, Presidente, de convencer a minha consciência neste momento, porque eu não posso, por exemplo, deixar de considerar os sentimentos das senhoras, mas eu não posso deixar de avaliar a questão técnica de um técnico que diz que o momento, muitas vezes, é de extrema urgência e necessidade de concentração, pois são somente alguns minutos que podem tirar ou salvar uma vida. Então, fica essa reflexão para nós não perdermos tudo e não ganharmos tudo, quem sabe, encontrarmos um meio caminho. Obrigado. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Dr. Goulart.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores que estão conosco, um abraço especial a vocês que estão acompanhando este processo; falo em meu nome, do Ver. Paulinho Motorista e do nosso Partido, o PSB. Eu sou um dos coautores do projeto, junto com a Ver.ª Jussara, assinei o projeto. Se eu assinei o projeto, é porque eu sou favorável a ele. Eu não sou um doido de assinar alguma coisa de que discordo. E por que eu sou favorável ao projeto? Quando minha filha de 11 anos nasceu, eu estava na sala do hospital com a minha esposa. Estavam lá o médico, que fez a cesariana; a pediatra, que tratou do bebê depois da chegada ao mundo; a médica pré-natal, que cuidou da minha esposa durante toda gestação; a enfermeira ou técnica de enfermagem. Estava lá também o anestesista, Ver. Paulinho – olhem quanto gente que estava lá, já são sete –, e estava um senhor que eu contratei para filmar, foram oito pessoas. E não venham me dizer que aquela cirurgia foi um desastre, porque ela foi excelente, muito bem, e, graças a Deus, a minha filha está maravilhosamente bem. Portanto, eu compreendo o parto como o momento mais sagrado, sublime que pode acontecer nesses quatro cantos do nosso planeta chamado Terra, desde os seus primórdios, na antiguidade, hoje e no futuro. É o momento mais sublime, e a mãe, no caso a mulher que está ali com seu parto a chegar, eu compreendo que ela tem toda a possibilidade de convidar para estar ali também, já que são nove,



repito, que estão ali, uma pessoa da sua extrema confiança e convivência para acompanhar e lhe dar um conforto talvez adicional àqueles que todos damos. Portanto, eu votarei favoravelmente.

Tenho que sair às 16h, já conversei com a Ver.ª Jussara Cony, tenho um compromisso inadiável e longe daqui. Portanto, votarei favoravelmente ao projeto, mas agora, para não dizerem que faz uma coisa e diz outra, eu votarei pelo adiamento da votação por mais uma Sessão. Votemos na segunda-feira. Aquele abraço a todos. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Dr. Goulart, pela oposição.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadoras, Vereadores, senhoras e senhores, doulas e profissionais da saúde que nos acompanham neste momento; quero dizer ao Dr. Thiago que ele sabe que a saúde não se adia! Os cuidados com a saúde não se adiam. Essa discussão está posta. Quantas vezes nós tentamos votar e foi adiada discussão, votação... Que dirão as pessoas desta Câmara Municipal que deve estudar, tem assessoria para quê? Para se posicionar. Mas o Ver. Dr. Thiago é o defensor do ato médico, é o maior lobby existente no País, onde o médico pode tudo, os outros não podem nada. Não é só um problema com as doulas; é um problema com enfermeiro, com técnico de enfermagem, com a nutricionista. Foi dito aqui, dias atrás, pelos profissionais de fisioterapia e terapia ocupacional. Mas o médico não quer ir para a periferia. Não, alguns médicos não querem ir para a periferia, alguns não querem ir para o Interior, são contra o Programa Mais Médicos, são contra médicos de outros lugares, mas eles não vão onde os outros vão! Os médicos e suas corporações e alguns médicos em especial, como o Dr. Thiago. Porque hoje também tem um projeto do Dr. Thiago, sobre o qual vou falar depois em Pauta, onde ele trouxe na comissão dois lobistas que apresentaram um projeto – que ele adotou! – da visibilidade zero de cigarro e bebida, como se isso fosse resolver o problema de alcoolismo ou das pessoas que são viciadas em fumar cigarro! Ah, não, mas têm outros interesses por trás! E eu vou mostrar os interesses que tem! O interesse do Dr. Thiago é um só: defender um número mínimo de médicos que querem tudo, que fazem tudo: são deuses, são desrespeitosos! No Brasil, crescem,



sistematicamente, os processos por erro médico, por dano moral contra os médicos, porque eles querem fazer tudo! Não é só a um problema que o médico responde. Qualquer profissional da saúde responde, qualquer pessoa responde por dano hoje em dia! E ele é advogado. Ele é bacharel pelo menos. Não sei se fez o exame da Ordem, mas bacharel eu sei que ele é, colega é. Mas ele devia saber que tem uma tradição que ele desconhece, pela veia autoritária que ele tem. Não é fortuito que ele fugiu do PDT, do trabalhismo, e foi para o Democratas. Não é fortuito. Liberdade dele, ele escolha o que ele quiser, mas que não venha aplicar aqui! Nós conhecemos o seu DNA! Nós conhecemos o seu DNA! Não precisa nem fazer aquele exame. Os interesses que o Dr. Thiago Duarte defende aqui são de uma corporação! Aquele trabalho de fazer consultinha, lá na periferia, por vinte pila. Vinte pila! Aí vem falar do SUS aqui, convenhamos, não é? Vá aplicar para outros, não para nós. Vinte pila, pode ir lá na Restinga. Ou não é verdade, doutor? E assim que o senhor faz! Aqui não! Esta Câmara tem deixado passar cada jaburu aqui que é impressionante. Mas nós estaremos aqui vigilantes com a população, com outros profissionais de saúde, com as doulas, com as mães, com as parturientes, com pessoas de carne e osso. Não estamos repetindo aqui que temos que voltar à época da pedra lascada, mas nós queremos minimamente que não se enterre a tradição e que não existe nenhum deus na área da saúde, o que tinha já morreu. Obrigado. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registramos a presença da Deputada Manuela D'Ávila. O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de sua autoria.

O SR. DR. GOULART: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos visita, primeiro, queria explicar que tenho uma afeição muito grande pela Ver.ª Jussara Cony, que não só era a secretária da minha faculdade de Medicina quando eu me formava, na época dos anos de chumbo, na época em que saíamos para enfrentar os cavalos que batiam nas pessoas, a polícia que batia na gente. Depois, tive mais outra satisfação: ela foi Diretora-Geral do Grupo Hospitalar Conceição, no qual trabalho há mais de 40 anos. Quero dizer que a conversa que vai ter aqui não é contra a senhora, que é minha amada do coração, minha colega querida. Então, o ponto



de vista que é defendido por mim é o defendido por corporações, sim. Qual é o problema? Se envergonha de ter corporações? Não, nós estamos ajudando as casas de saúde, estamos ajudando os outros médicos obstetras, AMRIGS, Centro de Ginecologia Obstetrícia da Associação Médica Brasileira.

Segundo, eu vou fazer de conta que não ouvi o que o Ver. Adeli Sell disse, porque eu lhe dedico um carinho imenso e uma admiração maior ainda. Quero que vocês saibam que o que está em discussão aqui não é se médico é bom, se médico é ruim. Não é isso, não falem nesse assunto para tentar mobilizar a cabeça dos incautos, não façam isso. Os médicos são bons, sim; os médicos cuidam das pessoas com carinho, sim. Respondo por mim, falo por mim! Os médicos salvam as pessoas, os médicos tiram a dor das pessoas, os médicos tranquilizam os familiares que estão desesperados pelos corredores, pelos jardins dos hospitais. Não é verdade que os médicos são assim como o Adeli diz. Alguns médicos são assim, como em toda a profissão, mas os grandes médicos, aqueles que fazem por amor e por compaixão ao ser humano, esses são os grandes elementos da sociedade que deveriam ser compreendidos e tratados bem, porque tratam bem da sua gente. Nunca mais diga isso, Adeli, porque um dia nós podemos nos encontrar em situações em que eu e tu estejamos precisando de alguém, e há de vir um médico nos ajudar.

Bom, a nossa conversa aqui de pedir que seja adiada um pouco a votação, se explica pelo processo. Vocês deem uma olhada no processo. Está completamente descaracterizado o processo de intenção da Ver.ª Jussara. Por enquanto, há 18 emendas, sendo que a última foi apresentada como um possível processo de substituição do projeto. Vamos ter que votar todas essas emendas, todas essas conversas, sem termos discutido basicamente? Discutimos se doula é bom ou se não é bom. Doula deve ser bom, não tenho nada contra doulas, acho elas maravilhosas. O que estou aqui fazendo é representar um setor que me pergunta algumas coisas: "Dr. Goulart, de onde saiu esta profissão? As pessoas fazem que tipo formação, que tipo de faculdade? " Eu não soube responder, sei que existem cursos que duram 12 horas. Imaginem um curso de formação para atender em saúde, que é de seis, sete, oito, nove anos? Alguma coisa não está certa. Quem é que vai pagar por este trabalho? Nós, das esquerdas, estivemos lutando sempre aqui para que houvesse concurso para qualquer intervenção no meio público. Concurso é o que nós queremos! Vocês sabem que, ainda há pouco, terminaram



com a Fundação do Cardiologia, que estava há 30 anos dentro do Hospital Presidente Vargas, ajudando bem, com enfermeiras, com nutricionistas, mas como eles não tinham concurso, eles foram afastados, Ezequiel. Nós, das esquerdas, não podemos aceitar colocação dentro do Governo sem concurso público! Concurso público é sagrado! Inclusive, a Ver.ª Jussara Cony e eu já estivemos em lutas juntos, paralelas, contra as pessoas que não têm concurso e querem trabalhar no serviço público. Não pode trabalhar no serviço público se não tiver concurso. Por isso, eu não entendo por que este desespero para aprovar isso. Nós temos que ver um jeito; abrir um concurso. Mas para fazer o concurso tem que se dirigir a uma classe, e que classe é? Só tem otimização nas leis do trabalho como ocupação, e ocupação pode ser diletantismo, não necessariamente profissão.

Então, acho, Vereadores, que se nós votarmos aqui para que as doulas trabalhem no serviço público estaremos votando uma excrescência trabalhista. Não podemos trabalhar de maneira obscura. Nós temos que trabalhar corretamente. A quem se dirigem as doulas? Ao diretor do hospital? Ao chefe da equipe que está atendendo? Está tudo confuso, meus queridos. Precisamos melhorar. Estas perguntas todas que eu fiz precisam ser respondidas. Me admira a esquerda, que sempre lutou pelo concurso público, agora não estar entendendo. Ou será que o pessoal das esquerdas quer fazer um carinho para a minha amada, idolatrada e querida Jussara Cony, porque a sua filha é uma das doulas que certamente pleiteia este tipo de trabalho? Enquanto os médicos ganham R\$ 232,00 por um parto do SUS, legalmente, pois são concursados – e os médicos, aqui, não podem abandonar este meu pensamento – as doulas que não tem formação adequada sequer, com todo o respeito que lhes tenho...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. DR. GOULART: Não conseguem discutir na conversa, querem levar... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Ezequiel está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Dr. Goulart.



O SR. JOÃO EZEQUIEL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; boa tarde, Presidente, público presente, militantes pela causa das doulas que estão aqui presentes, eu quero, inicialmente, me apresentar para vocês: sou técnico de enfermagem, há 16 anos, na Prefeitura de Porto Alegre, mas já há mais de 20 anos na iniciativa privada, em hospitais filantrópicos. Na condição de Vereador em exercício, talvez sejam os meus últimos momentos nesta legislatura, porque este ano não concorri, estou aqui substituindo a Vereadora mais votada da Cidade, Fernanda Melchionna, do PSOL, juntamente com o Ver. Prof. Alex Fraga, de quem tenho muito orgulho, professor da rede municipal de ensino. Quero dizer para vocês que defendem aqui o projeto das doulas, que nós, do PSOL, somos favoráveis a este projeto.

Já quero dizer aqui que, além de sermos favoráveis, nós queremos que este projeto seja votado hoje! Queremos que seja votado hoje porque nós sabemos que este projeto já está tramitando nesta Casa há mais de dois anos. Então, o que tinha que discutir, o que tinha que verificar no projeto, se era bom ou se era ruim, já houve tempo suficiente para cada Vereador ou cada Vereadora definir sua posição. Não tem justificativa para protelar a votação deste projeto.

Agora, eu quero falar aqui para vocês como técnico de enfermagem que trabalha inclusive no Hospital Presidente Vargas, que é onde trabalha também o Ver. Dr. Thiago, que é lá do Centro Obstétrico do hospital; eu trabalho no laboratório. Nós estamos com um projeto lá no hospital para fazer a reforma do CO — Centro Obstétrico -, que para ser escrito demorou quase dois anos. Pois bem, o projeto do Centro Obstétrico demorou dois anos para ir para o papel, já está pronto; e agora, para mais de um ano, a Secretaria Municipal da Saúde e a Prefeitura de Porto Alegre não executam o projeto. Sabem o que diz no projeto? Fala das melhorias das instalações físicas do Centro Obstétrico. É verdade que as nossas pacientes que lá vão ter o seu filho ficam separadas por cortinas. É verdade isso. Eu atendo ali e sei disso. Agora, o problema, Ver. Dr. Thiago, não é inserir essa ocupação de doula ali dentro, para estar junto no pré-parto, no parto e no pós-parto. Não é esse o problema. Nós já estamos com o problema instalado lá no Hospital Presidente Vargas. E não é só no Centro Obstétrico, é em todo o hospital. Faltam técnicos de enfermagem em todo o hospital, em toda a rede municipal de saúde. Não serão as doulas, não, que vão tirar vagas de técnicos de enfermagem. Nada disso, gente! O



Hospital de Pronto Socorro está com uma defasagem de mais de 300 técnicos de enfermagem. Todo o ano, nesta Câmara, nós temos que brigar para convocarem os aprovados no concurso de técnico de enfermagem – todos os anos! A cada concurso que é feito, a gente tem que fazer uma briga, todos os anos, para colocar profissionais de enfermagem dentro dos hospitais.

Mas eu quero falar aqui com o Ver. Dr. Thiago sobre uma questão ainda mais fundamental. Ver. Dr. Thiago, o senhor é médico, a medicina já avançou em diversas áreas, porque o ato de cuidar, o ato de curar, o ato preventivo que a gente executa nos pacientes é muito antigo e vem se especializando, se aprimorando e evoluindo. E nós temos que continuar essa evolução. E a humanização no trabalho de saúde é defendida por todos os profissionais de saúde. E colocar as doulas junto com a puérpera, junto com a paciente que vai ter o seu filho é, sim, uma humanização da saúde. Faz parte da humanização da saúde. (Palmas.)

Não é verdade, não, que os profissionais em saúde são contra as doulas. Não é verdade. Eu sou técnico de enfermagem e minhas colegas técnicas de enfermagem lá do hospital e de outros hospitais são favoráveis. O que nós estamos reivindicando é que haja melhores condições de trabalho, e não é por entrar uma doula que vai prejudicar nossa técnica. Nós sabemos, Ver. Dr. Thiago, Ver. Dr. Goulart, quem eu respeito muito, nós sabemos que as doulas não vão executar técnicas de enfermagem, não vão administrar medicação, não vão pulsionar veia, não vão aplicar injeção, trata-se de um acompanhamento para aquela mulher que vai ter o seu filho. Isso é humanização, gente! Nós temos que estar ao lado deste projeto! Contem com o PSOL! O PSOL estará com vocês nessa luta! (Palmas.) (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registro a presença, no plenário, dos 11 alunos da Escola Infantil Meladinho, acompanhados pelas professoras Candida e Jéssica. Essa atividade faz parte do projeto de Educação Política que o Memorial desta Casa desenvolve com as escolas da cidade de Porto Alegre. Sejam muito bem-vindos.

A Ver.ª Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Dr. Goulart.



A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador-Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhores e senhoras, senhoritas, mamães, doulas, prezada Ver.a Jussara Cony, em primeiro lugar, não é justo com esta caminhada toda de diálogo, pedir para transferir mais uma vez essa votação, porque foram dois anos de trabalho, uma audiência pública, duas ou três reuniões públicas, inúmeras reuniões de negociação e conversa, diálogo, que resultaram, sim, nas mudanças que estão nas emendas. Ver. Airto Ferronato, V. Exa. sabe que essas emendas não podem estar mais nítidas, transparentes, e acolhendo todos os senões, as questões, os empecilhos e as dúvidas que foram levantadas neste processo. Então as emendas mudam de "obriga" para "garante", a emenda diz claramente onde está prevista essa atividade, que é na Classificação Brasileira de Ocupações, a emenda deixa claro que as doulas vão observar as recomendações de segurança e assistência à saúde, a emenda proíbe realizar procedimentos privativos dos profissionais que compõem as equipes de saúde, as emendas deixam claro que, nos hospitais públicos, não haverá qualquer custo adicional à parturiente ou ao hospital, está claro aqui, a emenda diz que haverá, e será de competência da entidade civil das doulas, a lista atualizada das profissionais cadastradas e aptas a atuarem junto às maternidades. Portanto, não é qualquer uma, não é de surpresa, não é a qualquer momento, não são desconhecidas, são organizadas a partir desta função. E ainda que a doula é obrigada a assinar um termo de compromisso assumindo a responsabilidade de não interferir na conduta médica. Está muito claro que estas emendas absorvem, Ver. Bernardino, uma série de dúvidas que foram levantadas neste período e esse processo dialogado. Não dá para inventar, não dá para vir aqui dizer que é um novo projeto, que são difíceis, que não dá para compreender, que tem que estudar. Isso aí é esconder uma posição que, aí sim é uma posição ideológica, que aí sim é a defesa do ato médico, que aí sim é a defesa de uma Medicina centrada num único profissional. E não se trata aqui, Dr. Goulart, de desprestigiar, diminuir, a função, a responsabilidade do médico, não, trata-se aqui, e aí falo, Ver. Dr. Thiago, claramente, que V. Exa. gastando a metade do tempo aqui em responsabilizar as administrações do Partido dos Trabalhadores, necessariamente é o partido das doulas aqui presentes. Com isso, o senhor agride e desrespeita a presença das cidadãs aqui na nossa Casa, mais do que isso, o senhor foge do debate quando vai para o tema do SUS e da Saúde. Devia V. Exa. aqui responder por que o seu Governo está reduzindo R\$ 50 milhões para a Saúde no ano que vem, este



aqui não é o debate. O debate é se nós vamos finalmente respeitar essa caminhada, a nossa Câmara posicionando o seu voto sobre o tema da possibilidade das escolhas das mulheres: com quem fazer o seu parto e como quer fazer o seu parto. E aí, se quiser, chama de ideológico, mas o que se trata aqui é da luta das mulheres, é da construção da liberdade de parir, é da construção do parto humanizado, é da possibilidade de a mulher escolher a sua acompanhante e garantir um parto com outras características. Uma característica que retoma ao parto natural, que retoma ao parto acolhido, acompanhado por mulheres, como foi na nossa ancestralidade, pelas parteiras. E retoma à dimensão humana desse momento do parto. E, principalmente, o direito de a mulher decidir. Nós queremos aqui contrapor o tema do concurso, Dep. Manuela d'Ávila, lembro e reporto aqui a outros profissionais que estão entrando nas salas dos partos, e que não são problema para os médicos, como os fotógrafos, as filmagens. O parto, hoje, virou uma pirotecnia, virou um momento de produção e de presença de outros profissionais que exploram aquele momento, aquele espaço, e não vejo V. Exa. e os senhores brigarem contra isso. Então, a nossa defesa, é sim, que esta Casa responda de forma séria e respeitosa para um processo que foi dialogado, que foi construtivo, que já tem emendas, definições claras e todas as respostas aos questionamentos já colocados aqui – todas as respostas. Portanto, vivam as doulas, que a gente possa garantir que o parto seja humanizado, que as mulheres tenham o direito de decidir. (Palmas.) (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Goulart. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 10 votos **SIM**; 11 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

O Sr. Dr. Thiago (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Dr. Thiago. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

(15h57min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à



PAUTA

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, senhoras e senhores, como eu disse anteriormente, hoje nós temos um projeto na Pauta, do Dr. Thiago, que foge do debate, que quer adiar o inadiável: a saúde, a vida das pessoas. Ele é tão preocupado com a saúde, que quer proibir a publicidade, a exposição e a promoção de bebidas alcoólicas e produtos fumígeros derivados ou não do tabaco — entendi bem a sua proposta, Vereador? — em estabelecimento comercial localizado num raio de 500 metros de um estabelecimento educacional. Ora, senhoras e senhores, 500 metros? Hoje, em cada esquina, tem um curso técnico, tem um curso profissionalizante, tem uma escola, tem uma creche, etc. Alguém ainda acredita, nos dias de hoje, que esconder cigarro muda? Agora, o Ver. Dr. Thiago trouxe dois lobistas à Comissão e escondeu, não convidou a SMIC. Enquanto isso, são vendidos cigarros paraguaios, sendo que esses, sim, fazem muito mal! Eu não sou lobista de empresa de cigarro, até porque sou antitabagista, mas eu acho que a Souza Cruz paga imposto, a Philip Morris paga imposto. Cigarro paraguaio, contra os quais o Ver. Dr. Thiago não abre a boca, não fala, não diz nada...

Eu estava na Comissão com o Ver. Prof. Alex e com outros Vereadores quando esses dois lobistas vieram apresentar esse projeto. Ora, as senhoras e os senhores acham que esconder uma garrafa de cerveja numa loja de conveniência... Não sei como é que vão fazer, onde vão enfiar a cerveja, onde vão enfiar o vinho! Se ela está perto de uma escola – perto não, 500 metros –, isso é uma demagogia pura, isso é estar a serviço de interesses escusos que não podem se dizer "eu sou antitabagista, eu faço campanha para não fumar cigarro para as pessoas não terem problema de saúde". Tem que fazer isso sempre! Agora, seguinte, disseram eles na Comissão, é porque isso dá mostra, é porque está cheio de veneno... E os tomates lustrosos? E os produtos da colônia, dos hortifrútis lustrosos, cheios de veneno, que se põem numa gôndola, numa banqueta, num supermercado? O pimentão é um negócio que tem mais veneno do que o cigarro! Com isso, o Vereador não se preocupa. Eu me preocupo com o aproveitamento integral de alimentos. Eu quero hortas escolares, eu quero hortas educativas, eu quero hortas



comunitárias, eu quero que as três leis que dão condições das pessoas usarem os terrenos devolutos possam fazer hortas, com produtos orgânicos, sem veneno, as pessoas trabalhando a terra. Aí dá para discutir sobre não fumar, não beber em excesso, etc. Mas já tem estudo de que o vinho, por exemplo, tomado moderadamente, é até um alimento. Aqui fala de bebidas alcoólicas. Vinho, cerveja, uísque, qualquer coisa faz mal, tudo em excesso faz mal. Então temos que esconder os produtos com gordura trans que fazem mais mal do que qualquer outro dos produtos mencionados aqui. Assim não dá! Nós teremos duros embates aqui dentro! Debates sobre a verdade! O Vereador tem que jogar claro, jogo jogado! Sem retranca! Sem chutar a bola para o meio da plateia, tem que jogar, tem que jogar aqui. E esse projeto não vai vingar! Agora, nós vamos cuidar da saúde mais do que V. Exa. Isso eu garanto! (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. DR. THIAGO: Eu achei que o senhor tinha saído dessa técnica rasa, Ver. Adeli Sell, de desqualificar o debatedor. Achei que o senhor tinha saído disso. Se o senhor tem tanta coragem assim, devia ter dito aqui o que esses dois médicos representam. O Dr. Luiz Carlos Correia, um dos principais especialistas em pneumologia, e o Dr. Kwitco. Não adianta o senhor ficar de costas para mim, desrespeitando um colega seu no parlatório! Não adianta o senhor dizer palavras de baixo calão também! Não adianta! O senhor é tão autoritário quanto o seu partido! O senhor fala de respeito à Constituição, às leis, mas rasga no projeto a CLT, porque não disse no projeto anterior como é que vão admitir num hospital público 100% SUS, pessoas sem concurso! Desqualifica! Usa técnica barata de desqualificar as pessoas! Atendo sim, às pessoas que mais precisam, atendo por pouco valor, o que elas podem pagar. E V. Exa., quando não entende, critica, quando entende, também quer criticar! Quer criminilizar. Venha aqui e faça crítica decente! Lá na Comissão, V. Exa. não colocou essa sua opinião. Não está nas notas taquigráficas. Lá se escondeu! Lá, quando o debate era cara a cara, na Comissão, se escondeu e não falou! Busque as notas taquigráficas. Agora o senhor não vai me tolher o direito de poder propor



projeto aqui, porque 12.669 porto-alegrenses me outorgaram esse direito, a propor por eles. Respeite essas pessoas, assim como eu respeito os seus eleitores!

Então, vamos devagar com o andor, que o santo é de barro. Quem parece lobista aqui, defendendo a Souza Cruz e outros, é o senhor nessa sua fala. O senhor tem todo o direito de poder propor emendas, de poder alterar o projeto, de votar contra, mas não desqualifique um colega seu, isso é feio! Isso fica ruim para o senhor! Isso fica ruim para o Parlamento! V. Exa. tem uma grande responsabilidade aqui, e sabe disso.

Então, eu quero dizer que, realmente, esse projeto foi proposto pela sociedade civil organizada, pelo Dr. Luis Carlos Correira, doutor em Pneumologia, um dos pneumologistas mais conceituados deste País, o mais conceituado desta Cidade, professor da UFRGS, professor da Fundação, que vê nessa proposta uma possibilidade de não expor essas substâncias, principalmente a nicotina e o álcool, não expor às pessoas. Agora, se alguém aqui está defendendo lobby, esse alguém não o Dr. Luis Carlos Correia. Não é este Vereador. Se essa não é a melhor forma, então discuta a melhor forma, mas não desqualifique o debater. Isso é feio, isso fica ruim para o senhor! Ainda mais agora que o senhor está retornando como Vereador titular. Isso fica ruim. Isso acirra mais as nossas diferenças. E quero lhe dizer que quem é autoritário são aqueles que não defendem a CLT. Esses são autoritários. Então, esses são autoritários, querem governar acima da CLT, como quis fazer o Presidente Lula para este País, como faziam muitos dirigentes do PT que querem subjugar as pessoas. Então, esses são os verdadeiros autoritários, esses não resistem ao debate. Agora, é importante que fique claro para a população que nos ouve, no projeto anterior, que doula é uma ocupação que pode ser preenchida por diversos profissionais da saúde, dentre os quais, médicos, técnicos de enfermagem e enfermeiras. Os Vereadores de Porto Alegre, se aprovarem esse projeto, vão tornar inviável e muito difícil o atendimento nas maternidades públicas desta Cidade. Quem está dizendo isso não sou só eu, quem está dizendo são vários colegas. Hoje recebi um relato de um colega do GHC dizendo que a doula interferiu no prontuário. Mas isso não é conduta da Equipe de Saúde que está atendendo a paciente, da enfermeira e do médico, isso não é responsabilidade de uma pessoa que não tem vínculo com o hospital, não tem vínculo empregatício, não fez concurso. Então, vamos devagar, Ver. Adeli, com o andor que o santo é de barro. Eu me orgulho de atender na



periferia da Cidade, na Restinga, Belém Novo, Ponta Grossa e Lami, às pessoas que precisam, porque o seu Governo Federal destruiu a saúde.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim, na condição de Líder da Bancada do PMDB e nos termos do art. 218, § 6º do Regimento, solicita Licença para Tratamento de Saúde para o Ver. Mendes Ribeiro no dia 27 de outubro de 2016. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h09min.)